

ECO
292

Eco-292



**Efeito do Investimento na Agro-indústria Açucareira sobre a
Balança Comercial e sobre o Emprego Rural em Moçambique**

Aissa Yussuf

Outubro 2007

Trabalho de Licenciatura em Economia

Faculdade de Economia

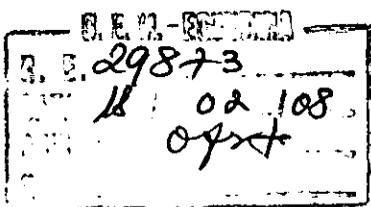
Universidade Eduardo Mondlane

Maputo – Moçambique

631.145(679)

yus ys

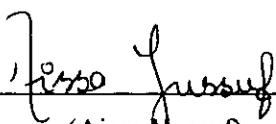
e.2



Declaração

Declaro que este trabalho é da minha autoria e resulta da minha investigação. Esta é a primeira vez que o submeto para obter um grau académico numa instituição educacional.

O Declarante



(Aissa Vussuf)

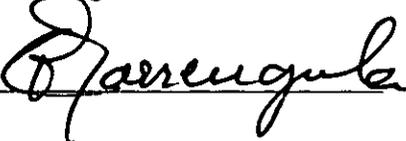
Aprovação do Júri

Este trabalho foi aprovado com 13 valores no dia 19 de outubro de 20__ por nós, membros do Júri Examinador na Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane.

O Presidente do Júri



O Arguente



O Supervisor



Dedicatória

Aos meus pais Yussuf Abdul Aziz e Salima Mahomed Omar pelo amor, confiança e apoio prestado ao longo do meu percurso académico.

Agradecimentos

Foram muitos que me apoiaram na realização deste trabalho. É impossível mencionar todos os nomes, todavia, deixo aqui registado um agradecimento sincero e profundo ao meu supervisor Doutor Manoela Sylvestre, pelo seu apoio incondicional, paciência, cooperação e comentários pertinentes na supervisão do meu trabalho.

Agradeço a todos que directa ou indirectamente contribuíram para que este trabalho se tornasse realidade, e em particular aos Directores e técnicos das as instituições e empresas abaixo que deram o seu contributo:

DNA - Direcção Nacional de Açúcar

INA - Instituto Nacional de Açúcar

MIC – Ministério da Indústria e Comércio

SIMA - Sistema de Informação de Mercados Agrícola

Gostaria de endereçar um agradecimento também a toda a minha família em especial meus pais, irmãos, tios, tias e avós por todo o apoio que me deram, pela paciência, compreensão e dedicação durante todo o período da pesquisa.

Lista de Abreviações

ACP – África, Caraíbas e Pacífico

BM – Banco de Moçambique

CIF – Custo, Seguro e Frete

CPI – Centro de Promoção e de Investimentos

CSTA – Conselho Superior Técnico Aduaneiro

EBA – Iniciativa de Acesso Preferencial à Europa excluindo Armas (Everything But Arms)

EUA – Estados Unidos da América

FAO – Organização da Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (Food and Agriculture Organization)

GoM – Governo de Moçambique

INA – Instituto Nacional de Açúcar

INE – Instituto Nacional de Estatística

SACU – Mercado Preferencial da África Austral (Southern African Customs Union)

SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (Southern African Development Community)

SIMA – Sistema de Informação dos Mercados Agrícolas

TONS – Toneladas Métricas

UE – União Europeia

USD – Dólar Americano (United States Dollar)

Resumo

O presente trabalho pretende dar a visão do efeito do investimento na agro-indústria açucareira sobre a balança comercial e sobre o emprego rural do país, analisando em que medida a reabilitação da agro-indústria açucareira contribui para o emprego rural do país, bem com os benefícios da participação dos pequenos canavieiros nacionais (empresariado nacional) no processo de reabilitação e modernização deste sector a partir de 1997.

A produção da cana de açúcar registou em 2006 uma redução de 8,3% relativamente a 2005. As principais razões desta redução foram a má distribuição da precipitação, problema associado à deficiência na rega para complementar as chuvas e problemas de acesso à energia eléctrica em algumas açucareiras. Estes problemas afectaram os rendimentos agrícolas, reduziram o conteúdo de sacarose na cana e implicaram uma redução na produção do açúcar.

A reabilitação das companhias açucareiras em Moçambique, em conjunto com a instituição de mecanismos de protecção do mercado doméstico e combate ao contrabando do açúcar, permitiram o crescimento da produção deste produto no país. Depois da mais baixa produção em 1992 de cerca de 13 000 toneladas, atingiu em 2005 cerca de 250 000 toneladas e cerca de 230 000 toneladas em 2006.

Desde 1975 à segunda metade dos anos 90 a produção do açúcar começou a decrescer tendo-se verificado uma aceleração na queda nos anos 80, que se reflectiu na queda do volume das exportações e dos empregos criados nesse sector.

O GoM devido ao potencial da indústria de açúcar implementou uma política que visava a reestruturação do sector açucareiro. A política baseava-se na privatização das açucareiras e na reforma na política de preços. A reabilitação das companhias açucareiras em Moçambique, combinada com a instituição de mecanismos de protecção do mercado doméstico e combate ao contrabando do açúcar, são os factores determinantes da evolução positiva deste sub-sector.

O desenvolvimento da agro-indústria do açúcar tem contribuído para o desenvolvimento rural, poupanças e geração de divisas para o país. As plantações e processamento da cana-de-açúcar nos distritos onde se localizam as açucareiras têm um impacto directo na redução da pobreza, crescimento e desenvolvimento da economia rural, pois criam oportunidades de emprego remunerado.

Desde o início da implementação da estratégia de açúcar, as receitas das exportações tiveram maior contribuição relativa do que as despesas com as importações do mesmo. Mas em termos absolutos, o investimento feito para a reabilitação da agro-indústria açucareira ainda não contribuiu para a melhoria da balança comercial, devido à importação da diversa maquinaria necessária importada para modernizar as açucareiras do país significando apenas uma substituição da factura de importação do açúcar pela factura de importação da maquinaria.

Uma vez que não há perspectivas de fabrico nacional de equipamentos usados na operação das açucareiras a curto ou médio prazo, o grau de acesso ao mercado preferencial de açúcar associado com a prática de preços mais baixos comparativamente ao mercado internacional livre, será um dos determinantes da posição da balança comercial a longo prazo, pois o mercado preferencial é mais lucrativo que o mercado internacional livre.

A maior parte da cana-de-açúcar destinada à produção de açúcar em Moçambique continua a ser produzida pelas companhias açucareiras, porque os pequenos canavieiros locais não têm acesso ao capital financeiro, não têm capacidade técnica e de gestão e, ainda, porque a existência de vários pequenos canavieiros dificulta a coordenação na fase de corte da cana. Por isso, em Moçambique está-se a perder a oportunidade para o desenvolvimento de uma classe de pequenos canavieiros locais, que podia investir na economia rural e, desta forma, iniciar um processo de transição de agricultura de subsistência e de baixa produtividade, para uma agricultura mais produtiva e virada para o mercado.

Índice

Capítulo I: Introdução	1
1.1 Objectivos e questões em estudo	2
1.2 Relevância e oportunidade do Tema	2
1.3 Metodologia do Trabalho	3
1.4 Estrutura do Trabalho	4
Capítulo II: Quadro Teórico	5
2.1 Debate sobre Agro-indústria	5
2.2 Conceito agro-indústria açucareira	6
2.3 Mercado Internacional do Açúcar	6
2.3.1 Acesso Preferencial	7
2.4 Protecção do Mercado Doméstico de Açúcar	7
2.5 Papel das Pequenas e Médias Empresas Rurais	10
2.6 Determinante do Papel das Pequenas e Médias Empresas Rurais	11
2.7 Sustentabilidade das Pequenas e Médias Empresas Rurais	13
2.8 Vantagens e Desvantagens da Produção em Pequena Escala	15
Capítulo III: O Sub-sector Açucareiro em Moçambique	17
3.1 Antecedentes	17
3.2 O Programa de Reabilitação do Sector Açucareiro	19
3.2.1 A Privatização das Açucareiras	20
3.2.2 A Reforma da Política de Preços do Açúcar	22
3.3 Indústria do açúcar hoje	25
3.4 Contribuição da Indústria Açucareira na Balança Comercial	28
3.5 Geração de Emprego pela Indústria Açucareira	32
3.6 Produção de Pequenos Canavieiros	33
Capítulo IV: Conclusões e Recomendações	36
4.1 Conclusões	36
4.2 Recomendações	37
Bibliografia	38
Anexos	41

Capítulo I: Introdução

A agro-indústria açucareira em Moçambique tem o potencial de rentabilizar o principal activo das famílias rurais, isto é, a sua mão de obra, contribuir para a captação de divisas e suscitar o desenvolvimento do empresariado nas zonas rurais e conseqüentemente contribui para o crescimento e desenvolvimento da economia rural.

Antes da independência, o investimento nas açucareiras era estrangeiro e a população local fornecia a mão de obra.

Com a independência, os proprietários das companhias abandonaram o país e o Estado interveio nas companhias açucareiras.

Entre os anos 1970 e 1975, Moçambique apresentou níveis bastante elevados de cana-de-açúcar e açúcar devido às condições climáticas e solos favoráveis à produção, ligado também à existência de mão-de-obra barata e uma boa gestão das açucareiras contribuindo assim para a melhoria da balança de pagamentos por via do aumento das exportações do mesmo.

Entre 1984 e 1982 o sector foi afectado pela guerra, o que provocou a destruição das açucareiras. Assim, algumas indústrias permaneceram encerradas durante muito tempo enquanto outras operavam com uma produção muito abaixo das suas capacidades.

Actualmente Moçambique possui seis açucareiras com plantação de cana-de-açúcar, nomeadamente:

- Açucareira de Maragra e Xinavane (no sul do país);
- Companhia do Buzi e Mafambisse (Sofala);
- Açucareira de Marromeu e Luabo (Sofala e Zambézia respectivamente)

Destas seis, quanto produzem açúcar (Marromeu, Mafambisse, Maragra e Xinavane)

O sector é influenciado por alguns factores importantes que contribuem negativamente nomeadamente:

- Contrabando do açúcar causado pelas importações ilegais do mesmo;
- Altos custos de infra-estrutura
- Necessidade de investimento privado por parte das açucareiras para poderem operar

Por outro lado, estão os factores que contribuem de uma forma positiva para o desempenho do sector:

- Criação da DNA que trouxe melhorias na distribuição do produto, redução das importações ilegais e exploração de novas oportunidades de mercado.

Este trabalho analisa o efeito do investimento realizado na agro-indústria açucareira sobre a balança comercial e sobre o emprego rural em Moçambique e ainda os benefícios da contratação de pequenos canavieiros locais para o fornecimento da cana de açúcar às açucareiras do país.

1.1 Objectivos e questões em estudo

O objectivo central deste trabalho é de analisar o papel da agro-indústria açucareira em Moçambique no contexto da estratégia de reabilitação e desenvolvimento do sector de açúcar a partir de 1997.

Este trabalho visa especificamente:

- a) fornecer a visão do efeito do investimento na agro-indústria açucareira sobre a balança comercial do país;
- b) analisar em que medida a reabilitação da agro-indústria açucareira contribui para o emprego rural do país; e
- c) analisar os benefícios da participação dos pequenos canavieiros nacionais (empresariado nacional) no processo de reabilitação e modernização deste sector.

1.2 Relevância e oportunidade do Tema

Por três razões é relevante analisar o papel económico da agro-indústria em Moçambique, inserido na respectiva estratégia do sector açucareiro:

Primeiro, é que mais de 70% da população moçambicana está concentrada nas zonas rurais e uma proporção mais ampla está dependente da agricultura para a sua sobrevivência. (GoM 2006a:3). Na sequência disso o Governo de Moçambique através do Plano de Acção para a

Redução da Pobreza Absoluta, 2005-2009 continua a defender que a agricultura e o desenvolvimento rural são áreas prioritárias na estratégia de redução da pobreza e crescimento abrangente. Uma vez que a agro-indústria açucareira por definição envolve parte da agricultura e da indústria, então espera-se que o desenvolvimento contribua para a geração do emprego rural (uma das fontes de rendimento) e ainda para a integração dos pequenos e médio produtores nacionais de cana de açúcar o que poderá contribuir para o crescimento da economia rural.

Com o desenvolvimento do sector de açúcar, provavelmente o défice da balança comercial em Moçambique irá reduzir numa base mais ou menos sustentável através do crescimento das exportações do açúcar acompanhadas pela redução das importações do mesmo ao longo dos anos.

Tal como refere McPherson (2002:105), em África, entre outros custos de crescimento económico, há emergência de grande número de trabalhadores de baixo rendimento, com insuficiências educacionais, separados das terras agrícolas, mas incapazes de encontrar emprego na economia formal e urbana. Assim, espera-se que a agro-indústria açucareira contribua para minimizar estes custos através da geração de emprego e rendimento nas áreas rurais de Moçambique.

1.3 Metodologia do Trabalho

A metodologia usada no presente trabalho consistiu em primeiro lugar, numa revisão de literatura, nacional e internacional sobre o sector açucareiro e mais especificamente sobre o tema em questão. Portanto, tratou-se nesta primeira fase de uma pesquisa bibliográfica baseada em livros e artigos com o objectivo de elaborar os capítulos referentes ao sector açucareiro moçambicano, o capítulo relacionado aos conceitos teóricos ligados ao tema.

Numa segunda fase do trabalho, fez-se o levantamento dos dados dos indicadores de desempenho do sector açucareiro moçambicano para se proceder à análise e interpretação dos mesmos.

Finalmente, numa terceira fase foram tiradas as conclusões e recomendações do trabalho.

A pesquisa bibliográfica foi feita em diversas instituições do país, nomeadamente:

- DNA - Direcção Nacional de Açúcar
- INA - Instituto Nacional de Açúcar

- MIC – Ministério da Indústria e Comércio
- SIMA - Sistema de Informação de Mercados Agrícola

Foram igualmente feitas pesquisas nas diversas bibliotecas como a do Ministério do Plano e Desenvolvimento (MPD), biblioteca da Faculdade de Economia da UEM, biblioteca do Banco Mundial e diversos artigos e sites consultados na internet.

1.4 Estrutura do Trabalho

O presente trabalho tem quatro capítulos. O primeiro capítulo começa por apresentar o debate sobre a agro-indústria, prosseguindo depois com a análise da relevância e oportunidade das questões do estudo, terminando com a análise da metodologia empregue.

O segundo capítulo começa por conceitualizar a agro-indústria açucareira no caso de Moçambique, analisando depois os argumentos que justificam a prática da protecção do sector de açúcar e os efeitos sobre a balança comercial. Com vista a responder a questões relativas a desenvolvimento rural, a secção seguinte aborda a literatura sobre o papel das Pequenas e Médias Empresas (PMEs) rurais nos países de baixo rendimento. Esta secção tem em vista apresentar um perfil descritivo deste tipo de empresas, seguido das evidências empíricas sobre as contribuições das Pequenas e Médias Empresas rurais para o emprego e rendimento e termina com a descrição dos benefícios resultantes do desenvolvimento dos pequenos canavieiros.

Reconhecendo o papel das PME's rurais, a secção seguinte os factores determinantes desse papel. A seguir, analisa os requisitos que permitem que as PMEs rurais sejam sustentáveis a longo prazo, terminando por apresentar algumas vantagens e desvantagens da produção de pequena escala comparativamente às grandes empresas comerciais, de modo a justificar a relevância da parceria entre pequenos e médios produtores de cana de açúcar e os investidores nas companhias açucareiras.

O terceiro capítulo analisa a situação actual da agro-indústria com enfoque ao impacto dos investimentos na agro-indústria açucareira em Moçambique sobre a balança comercial, emprego rural e desenvolvimento dos canavieiros locais.

Finalmente o quarto e último capítulo apresenta as conclusões e recomendações pertinentes deste trabalho.

Capítulo II: Quadro Teórico

2.1 Debate sobre Agro-indústria

Segundo Castel-Branco (2002:1-2), a ideia de agro-indústria encerra vários debates. Um deles é a relação entre indústria e agricultura. Este debate já deu primazia à indústria nos anos 60-70; à industrialização dos processos agrícolas, por exemplo, através da revolução verde nos anos 70; ao desenvolvimento do rendimento e mercados rurais nos anos 80-90 e agora procura combinar um pouco melhor diferentes processos sócio-económicos e tecnológicos numa visão integrada de desenvolvimento rural.

Outro dos debates está relacionado com a promoção do emprego rural como meio para aumentar o rendimento, diversificar as fontes de rendimento e aumentar a produtividade marginal do trabalho na agricultura. Assim sendo, a agro-indústria, não só absorve a força de trabalho do campo, mas também promove a redução da força de trabalho agrícola, abrindo espaço para que a produtividade marginal do trabalho e o rendimento aumentem.

Um terceiro debate relaciona-se com a escala empresarial, e a agro-indústria capta a imaginação dos analistas que promovem a imagem de que apenas as pequenas e médias empresas aliadas a tecnologias adequadas ou apropriadas para economias intensivas em trabalho não qualificado, têm vantagens económicas, sociais e tecnológicas.

Agro-indústria também associa-se ao debate sobre a necessidade e viabilidade de as economias sub-desenvolvidas penetrarem as fases mais avançadas de transformação industrial dos seus produtos primários, em parte para aumentar o valor acrescentado, e para amortecer os choques resultantes das flutuações dos preços internacionais dos produtos primários.

Finalmente a agro-indústria é também concebida como meio para enfrentar, pragmaticamente alguns problemas básicos a saber:

- a) criar espaço para o desenvolvimento do empresariado industrial privado;
- b) fazer uma utilização mais racional dos recursos nacionais; e
- c) resolver os problemas decorrentes da segmentação e fragmentação dos mercados, carência de infra-estruturas comerciais, etc, que fazem com que os excedentes agrícolas permaneçam com os produtores, apodreçam e desmotivem o esforço do aumento da produção e da produtividade.

2.2 Conceito agro-indústria açucareira

Segundo Castro (1995:21) a questão “agro-indústria açucareira” sugere indicar a produção industrial do açúcar, seus sub-produtos, derivados e resíduos, a partir de uma matéria prima de natureza agrícola – uma planta, mas não define qual planta.

A produção mundial da cana-de-açúcar está directamente relacionada com a produção de açúcar e encontra na beterraba açucareira seu grande concorrente mundial.

Por essa razão, a denominação “agro-indústria açucareira de cana-de-açúcar”, expressa melhor o título deste trabalho uma vez que em Moçambique o açúcar é produzido com base na cana-de-açúcar. Por uma questão de simplificação, este trabalho usa a denominação “agro-indústria açucareira” como sinónimo de “agro-indústria açucareira de cana-de-açúcar”.

2.3 Mercado Internacional do Açúcar

Geralmente a produção do açúcar visa responder simultaneamente à procura dos mercados doméstico e internacional. Tendo em conta que as vendas do açúcar no mercado doméstico podem ser garantidas através da instituição dos esquemas de protecção, então há necessidade de analisar as características do mercado internacional.

O mercado internacional de açúcar caracteriza-se pela protecção, devido por exemplo à grande volatilidade dos preços internacionais, embora uma parte do mesmo seja livre.

Segundo Hazeleger (2001:6), geralmente, o mercado mundial do açúcar é considerado como um mercado residual em termos de preço mas, em termos de volume não o é. Quase 30% da produção total mundial é vendida no mercado internacional livre. O rácio exportações/produção de açúcar de alguns maiores exportadores mundiais, tais como os Estados Unidos da América, o Brasil e a União Europeia, atinge cifras acima de 50%. Pode-se afirmar que o mercado mundial de açúcar é residual em termos de preços, pois a maioria dos grandes exportadores do açúcar protegem os seus mercados domésticos através de subsídios ou fixação de tarifas elevadas.

A percepção de mercados livres ou protegidos é muito importante para o sucesso das reformas a serem aplicadas a este sector, pois, para países em que as receitas das exportações para o mercado internacional contribuem significativamente para as suas economias, as mudanças na política comercial do mercado internacional podem ter consequências macro-económicas tanto positivas como negativas assinaláveis.

2.3.1 Acesso Preferencial

No mercado internacional do açúcar, arranjos de especial acesso são componentes importantes. Existem dois principais programas, um da UE e outro dos EUA. A UE dá acesso preferencial baseado a quotas a diversos países da África, Ásia e Caraíbas que tiveram um passado colonial europeu. Os EUA dão acesso preferencial aos países em desenvolvimento.

O acesso especial ao mercado de açúcar pode ser rentável enquanto estiver em vigor mas, se as receitas de exportação dos países em desenvolvimento dependerem principalmente deste mercado, pode ser muito arriscado.

2.3.1.1 A Iniciativa Tudo Menos Armas ("Everything But Arms")

Segundo Hezeleger (2001:26), aos 5 de Outubro de 2000, a CE adoptou uma proposta que permite acesso livre de tarifas a 48 países mais pobres do mundo, dos quais 39 estão no grupo da África, Caraíbas e Pacífico (ACP), proposta que cobre todos os bens exceptuando o comércio de armas (EBA). Esta iniciativa começou a ser implementada em 1 de Janeiro de 2001 com excepção dos produtos considerados sensíveis. Para o açúcar, estabeleceu-se que as tarifas estão reduzidas para zero no período 2006-09, sendo que no período de transição, 2001-06, foi permitida pela Europa alguma importação de açúcar livre da tarifa, começando por 74 000 toneladas entre 2001-02 e atingirá 197 000 toneladas em 2009.

2.3.1.2 Críticas à Iniciativa EBA

Citado por Hezeleger (2001:27), as críticas são de Jean François Smessens, docente de uma Universidade Belga. Ele refere que o EBA não garante um preço mínimo para as importações adicionais de açúcar pela Europa. Sob o seu ponto de vista, o açúcar da ACP que entra na UE à tarifa zero e é comprado a preços garantidos será substituído pelo açúcar que também entrará livremente mas, não condicionado ao preço mínimo. Consequentemente, as receitas decorrentes das exportações de açúcar oscilarão em função da variabilidade dos preços a praticar.

2.4 Protecção do Mercado Doméstico de Açúcar

Diversos países em desenvolvimento desenvolvem programas, políticas e estratégias na tentativa de acelerar o crescimento e de mitigar as consequências dos choques económicos internos e externos, entre outros objectivos.

A literatura mostra que existe uma forte associação entre o investimento privado de forma geral e certas fontes de incerteza. Serven (1998), citado por Dehn (2000:8) estima as equações de investimento privado para uma série de Países em Desenvolvimento e encontra uma evidência muito forte a favor da ligação negativa entre a incerteza da taxa de câmbio real e o investimento. Dada a ligação entre o Investimento e o crescimento, parece razoável supor que a incerteza da taxa de câmbio real terá também um forte efeito sobre o crescimento. Contudo, depois de controlar a incerteza da taxa de câmbio real, Serven conclui que a incerteza dos termos de troca por si só não é um determinante significativo do crescimento.

McPherson (2002:104) defende que os investidores precisam de ser assegurados que as condições que lhes induz a comprometerem recursos manter-se-ão a longo prazo, dado que o investimento é duradouro e valores significativos são irreversíveis (ou reversíveis a elevados custos). Isso implica que se o governo deseja encorajar os investidores privados, sejam eles locais ou estrangeiros, é necessário criar e manter um cenário estável e previsível que ofereça a possibilidade de expandir mercados e retornos esperados consistentes com os riscos que os investidores enfrentam.

Embora a instituição de mecanismo de protecção do mercado doméstico visava acelerar a privatização das açucareiras, tal protecção agravava implicitamente a tributação do consumo do açúcar nacional.

Segundo Christopher (1993:18-19), a aplicação da tarifa sobre as importações tem efeitos a curto e longo prazo sobre a balança comercial.

A curto prazo, o efeito do protecção sobre a balança comercial geralmente é positivo devido à redução da procura doméstica por importações sem afectar significativamente a oferta de exportações.

O efeito de longo prazo de uma política protecção na balança comercial é geralmente negativo, pois apesar da redução das importações dos bens finais de consumo nesse país, o estabelecimento das indústrias domésticas sobre protecção tarifária conduz à importação de mais peças, componentes, bens intermédios e matérias primas que são necessárias para a operação dessas indústrias. Consequentemente, a factura das importações pode de facto crescer; as divisas necessárias para adquirir as peças, componentes, etc podem facilmente exceder as divisas que foram previamente necessárias para importar os bens de consumo final.

Em termos globais, como resultado desta mudança na composição das importações, a taxa de crescimento das importações tende a ser maior que a taxa de crescimento económico. Por outro lado, a taxa de crescimento das exportações tende a ser inferior à taxa de crescimento

económico , pelo facto da tarifa proteccionista favorecer à produção doméstica a ser vendida no mercado doméstico.

O impacto da tarifa sobre a balança comercial acima apresentado está condicionado à hipótese de que a indústria protegida importa peças, componentes e bens intermediários necessários para a realização da sua actividade e da orientação da produção para o mercado doméstico.

Christophe (1993:72) entende que tanto no caso em que o governo tenta mudar a sua estratégia global de desenvolvimento ou no caso em que tenta ajustar-se às condições económicas internacionais adversas, tais mudanças devem constituir um pacote coeso, sublinhando que tais pacotes de políticas tendem a resultar em custos a curto prazo antes de produzirem benefícios a longo prazo. Defende que é geralmente mais fácil aos governos implementarem uma série de pequenas mudanças ao longo do tempo do que uma grande mudança ao fim do mesmo período.

Fazendo uma análise ao comportamento das importações e exportações, nota-se que as importações tem crescido como resultado das medidas de política (privatizações, sobretaxa a importações de açúcar e isenção do IVA) que têm vindo a ser implementadas. O aumento das importações são normalmente causadas pelas calamidades naturais (secas, cheias, pragas) que fazem com que a produção doméstica de açúcar caia e conseqüentemente , a DNA, para fazer face ao consumo do açúcar doméstico, aumenta o volume das importações.

Tabela nº 1: Evolução das Exportações e Importações de Açúcar

Ano	2002	2003	2004	2005	2006
Exportações (x1000 t)	58	62	122	62	175
Importações (x1000 t)	30	15	7	10	12

Fonte: Relatórios Anuais do BM, Balanço do PES (2003, 2004, 2005, 2006)

O aumento das exportações é resultado das medidas de políticas implementadas pelo Governo de Moçambique:

- (i) as privatizações das fábricas fizeram com que essas operassem de forma mais eficiente e maximizassem a sua produção
- (ii) a política de tarifas e sobretaxas à importação de açúcar fez com que se reduzisse a concorrência do açúcar estrangeiro pois o preço deste açúcar passou a estar quase

ao mesmo nível do açúcar moçambicano (na venda ao consumidor no mercado moçambicano)

- (iii) A política de isenção do IVA contribuiu para a redução dos custos em termos de obrigações fiscais que as fábricas tinham que efectuar.

A sobretaxa começou a ser cobrada em 1999 a um nível de 65% e desde 2002 em diante tendeu a reduzir passando ao nível de cerca de 3% em 2006.

O resultado esperado pela teoria económica vai de acordo com os resultados encontrada na análise das políticas de reestruturação implementadas ao sector. Portanto, esperava-se que a política de reestruturação surtisse dois tipos de efeitos, nomeadamente:

- (i) Negativos: aumento do preço nominal do açúcar moçambicano
- (ii) Positivos: aumento da produção doméstica de açúcar, consumo, vendas, exportações e redução das importações, o que conduz a aumento da receita e do emprego do sector.

É de se notar que a política de reestruturação do sector açucareiro moçambicano teve consequências positivas .

2.5 Papel da Pequenas e Médias Empresas Rurais

Marini (2001:3) refere que, na literatura de desenvolvimento rural, o termo “pequena e média empresa rural” não se refere apenas ao tamanho em termos de extensão de terra detida e/ou cultivada mas, inclui também características sócio-económicas, tais como produção orientada principalmente para a subsistência, maior uso da mão-de-obra familiar, baixa produtividade e pouco acesso aos mercados. Refere ainda que, dependendo das características específicas da cultura produzida, a produção de pequena escala pode ser o modo de produção mais eficiente, do ponto de vista social e económico.

Para sustentar essa posição, Marini (2001) refere que a evidência empírica (Berry e Cline, 1979), mostra que as economias de escala na agricultura são constantes, pois a actividade agrícola em particular nos países em desenvolvimento, caracteriza-se pelo uso de muitos factores de produção variáveis. Mas, a dificuldade de acesso a alguns factores de produção, por parte dos produtores de pequena escala, reduz a incidência das economias pecuniárias de escala, isto é, reduz por exemplo, a capacidade do pequeno produtor praticar preços que permitam uma rentabilidade razoável do agro-negócio.

Um estudo conduzido por Haggblade e Hazell (1989) com base no censo populacional de 43 países, citado por Liedholm (1990:416), conclui que este tipo de empresas contribuía, quanto ao emprego a tempo inteiro em 14% em África, 26% na Ásia e 28% na América Latina. Alega ainda que em geral, este tipo de empresas é uma fonte de emprego primário e secundário entre 30% e 50% da força de trabalho rural nos países em desenvolvimento e contribui entre 30% e 50% em termos de rendimento, o que os torna um veículo importante para o alcance da equidade e do emprego.

De acordo com Domleo (2002:3), a produção da cana-de-açúcar em pequena escala tem benefícios para a economia rural. Em primeiro lugar, o pequeno canavieiro tem a oportunidade de obter rendimento suplementar (criação da riqueza), oportunidade de emprego e acesso ao sector agrícola organizado. Em segundo lugar, a existência de canavieiros de pequena escala pode levar à emergência de negócios agrários secundários, tais como contratantes para serviços de colheita e de transporte da cana-de-açúcar para as fábricas.

2.6 Determinante do Papel das Pequenas e Médias Empresas Rurais

Liedholm (1990:419) considera que a análise dos determinantes do papel das pequenas e média empresas rurais, deve ser feita tendo em conta os factores que influenciam a procura e a oferta destas actividades.

Do lado da procura, coloca-se a questão de que se há ou não a relação positiva entre a procura destas actividades e o rendimento. A ideia que predomina, suportada por pesquisas conduzidas por Chuta e Liedholm (1979) é que existe uma relação forte e positiva entre o rendimento e a procura por estas actividades. Outra questão que se coloca é que se existem fortes ligações sectoriais entre as pequenas e médias empresas rurais e outros sectores da economia, particularmente com o sector agrícola. Liedholm (1990:420) refere que as ligações entre as pequenas e médias empresas rurais e o sector agrícola são ou podem ser potencialmente muito fortes na condição do rápido crescimento do sector agrícola. Refere ainda que a evidência disponível aponta que estas ligações são importantes e que a sua magnitude está relacionada com a distribuição do tamanho das farmas e o tipo de estratégia agrícola adoptado. Considera que o mercado internacional é um componente importante para a procura de certos tipos de produtos das pequenas e média empresas rurais.

Do lado da oferta, a questão principal é se este tipo de empresas nos países em desenvolvimento usa ou não eficientemente os recursos económicos, em particular quando comparadas com as

empresas de larga escala. Os estudos empíricos usam muitas vezes os rácios trabalho/capital e produção/capital. A evidência disponível sobre a produtividade relativa de capital é limitada e variável. De uma forma geral, as pequenas e médias empresas rurais geram mais emprego por unidade de capital do que as grandes empresas urbanas¹.

Devido às características favoráveis das pequenas e médias empresas rurais quanto ao emprego, geração e distribuição de rendimento, o governo e as ONG's deveriam apoiar as PME's rurais através de medidas de política que melhorem o ambiente no qual elas operam e pela assistência directa aos seus projectos. Algumas destas medidas deveriam atacar os constrangimentos do lado da procura enquanto outras deveriam atacar os constrangimentos do lado da oferta.

Haworth (2002:8) refere que na Tanzânia, uma empresa açucareira designada "Kilombero Sugar Company" em parceria com o Governo e doadores internacionais estava a trabalhar numa série de projectos de desenvolvimento de pequenos produtores de cana, designados "Kilombero Business Linkages Project" os quais visam dar assistência técnica e financeira e promover o desenvolvimento de infra-estruturas. Em última análise, pretendia-se com esses projectos, o uso dessas capacidades criadas para a geração de oportunidades de negócios para a comunidade local.

Howorth (2002:12) defende que a parceria entre os pequenos canavieiros e os grandes investidores nas açucareiras, têm um papel sócio-económico elevado. Primeiro, as receitas das exportações de açúcar na Tanzânia chegaram a alcançar 10% do total das receitas de exportações. Segundo, o modelo de Kilombero revela que o negócio de açúcar pode ter um grande impacto em termos de emprego, bem-estar social e desenvolvimento de infra-estruturas como escolas, hospitais, estradas, pontos e telecomunicações contribuindo desta forma para o crescimento da economia rural. Finalmente, o investimento na educação e na saúde, significa a possibilidade de formação de capital humano a longo prazo, tanto para as companhias como para os pequenos produtores que fornecem matéria-prima ao complexo agro-industrial.

A parceria entre os investidores nas açucareiras e os pequenos produtores de cana-de-açúcar pode beneficiar também os investidores nas açucareiras. Por exemplo, se a comunidade perceber que o desenvolvimento da companhia permite também o desenvolvimento dos pequenos produtores e, conseqüentemente haver a redução de roubos e outros aspectos de vandalismo.

¹ Por exemplo, tomando em conta a fase I da Mozal, vemos que ela pretendia investir cerca de USD 1,3 bilhões e empregar 800 trabalhadores enquanto que as açucareiras previam investir USD 332,9 milhões e empregar 16 083 trabalhadores

2.7 Sustentabilidade das Pequenas e Médias Empresas Rurais

Domleo (2002:4-5) refere que as pequenas e médias empresas rurais precisam de ser viáveis a curto prazo para garantir a decisão de investimento mas, para serem sustentáveis estas deverão reunir determinados preceitos:

- **Viabilidade Financeira:** a empresa deve ser financeiramente viável no que respeita à geração de dinheiro que satisfaça tanto as necessidades de rendimento suplementar da família como para atender a questões ligadas ao negócio. Adicionalmente, a empresa deve ser rentável a longo prazo para permitir a obtenção de um retorno razoável de investimento. Isso significa que deve ser capaz de aguentar flutuações razoáveis nas condições económicas tais como a mudança nas taxas de inflação e preços do açúcar e nas condições climatéricas, e ainda ser capaz de cumprir com a geração de rendimento e reembolso do financiamento do projecto;
- **Produtividade:** de modo a atingir a viabilidade financeira, as PME's rurais devem minimizar as perdas na produção resultantes das variações climatéricas. Naturalmente, o solo e a disponibilidade de água, devem ser adequados para atingir estes requisitos;
- **Capacidade de manter a produção da cultura:** as empresas devem ser capazes de gerar dinheiro para garantir que o replantio da cultura suceda sem necessidade de recorrer a empréstimo adicional;
- **Meio ambiente:** a PME rural deve ser capaz de coexistir com o meio ambiente no qual opera sem degradá-lo. Em especial, o solo e o curso de água não devem ser degradados pela empresa. A produção da cana-de-açúcar quando bem gerida agrega esse requisito;
- **Aceitabilidade do produto:** o produto deve ser tanto legal como socialmente aceitável. O açúcar reúne este requisito;
- **Acesso à terra:** a empresa deve ser capaz de mobilizar crédito suficiente tanto para o investimento inicial como para o capital circulante. Embora a terra seja de natureza comunal, não pode ser usada como garantia para o crédito. As instituições financeiras têm usado outras formas de segurança, tais como a colheita seguinte, de modo a permitir que os agricultores tenham acesso aos crédito;
- **Acesso ao mercado:** é necessário que exista mercado para o produto. Nesse aspecto, a cana-de-açúcar é uma cultura ideal para a produção de pequena escala, porque a fábrica pode garantir esse mercado, isto é, o açúcar é vendido pela indústria e os rendimentos são divididos entre as duas partes com base em um acordo. Isto reduz a necessidade do agricultor em envolver-se na venda e distribuição, cabendo-lhe a tarefa de manter a qualidade

adequada e transportar a cultura para a fábrica no momento certo. Em geral, a produção da cana-de-açúcar é parte da agro-indústria bem organizada e os contratantes para a colheita e transporte da cana-de-açúcar para a fábrica estão disponíveis.

- Capacidade de gestão e de assumir compromissos: para que as farmas sejam sustentáveis a capacidade de gestão deve prevalecer a longo prazo na empresa. O produtor deve ter o necessário comprometimento com o projecto sem ter de depender da assistência e subsídio.

Se a empresa rural de pequena escala puder satisfazer a estes requisitos, então pode ser considerada sustentável.

Do ponto de vista de empresa de pequena escala, a produção da cana-de-açúcar reúne os requisitos de sustentabilidade em termos de meio ambiente, aceitabilidade do produto e acesso a mercado.

Assumindo que o canavieiro obtém a terra numa base sustentável, é necessário determinar se a empresa reúne os outros requisitos de sustentabilidade, tais como, a viabilidade financeira, a produtividade, a capacidade de replantar a cultura e a capacidade de obter crédito numa base regular.

Domleo (2002:7) analisou, entre outros aspectos, a viabilidade financeira entre duas áreas típicas de produção de cana-de-açúcar em pequena escala, nomeadamente a área costeira do sul de Kwa-zulu natal na África do Sul e outra localizada numa área a sul da Suazilândia. Para tal, usou um modelo computarizado que permite calcular *cashflows* numa base anual, o retorno do investimento e a rentabilidade da firma.

Segundo Domleo (2002:12-14) os resultados deste modelo de análise indicam que a plantação de pequena escala nos dois casos pode ser viável e sustentável dados alguns factores-chaves. Um deles é o tamanho. Naqueles estudos de casos, concluiu-se que de modo que as farmas gerem um rendimento suplementar nos primeiros anos do início da sua actividade, devem possuir uma área de cerca de 40 hectares no mínimo, o que implica subida do nível de investimento, mas, neste caso, a pequena empresa já estará em condições de gerar um rendimento suplementar para si e para o financiador do projecto. Em ambos os casos, o factor primordial para o sucesso é o comprometimento, capacidade de gestão e dedicação.

2.8 Vantagens e Desvantagens da Produção em Pequena Escala

Segundo Marini (2001:2) os países em desenvolvimento podem organizar eficientemente os culturas de rendimento destinadas à exportação em diferentes modos de produção.

De um lado, existe a integração vertical, que envolve o controlo directo de todo o processo desde a plantação à produção. Noutro extremo, produtores independentes da cultura compram os seus insumos e vendem a sua produção no mercado *spot*, onde elas defrontam com a procura pelas companhias que processam e comercializam o produto final.

Durante este processo existe um contrato de plantação, que na sua forma simples, liga os produtores independentes com os industriais através de contratos de venda onde a área de plantação, preços e a qualidade do produto são previamente indicados. Contudo, o contrato de plantação pode ser muito mais complexo do que um contrato de vendas exclusivas, ao incluir a prestação de serviços pelo industrial ao produtor (geralmente de pequena escala), resultando desta forma numa relação contratual mais articulada. O contrato pode incluir o fornecimento de insumos como agro-químicos ou mesmo a provisão de serviços como a extensão, a irrigação, o transporte, a pulverização entre outros serviços. Em alguns casos, os custos do insumos e serviços são descontados no preço do produto final que é uma forma implícita de crédito. Neste sentido, constata-se que a parceria entre as companhias açucareiras e os pequenos e médios produtores de cana-de-açúcar é estabelecida com base num contrato de plantação.

De acordo com Dolmeo (2002: 5-6) existem tanto vantagens como desvantagens na produção de pequena escala numa farma sem título em comparação às grandes empresas comerciais.

As vantagens incluem:

- Nenhum investimento com a terra: os líderes tradicionais podem conceder o uso da terra nas áreas comunais embora não seja praticável a sua venda. Assim sendo, o acesso à terra é livre embora geralmente pague-se a renda à autoridade tradicional em compensação ao direito de uso da terra, a qual é geralmente baixa;
- Apoio pela companhia: o canavieiro tradicional tem sido geralmente apoiado pela companhia açucareira o que não acontece com a farma de grande escala. Este apoio tem sido na forma de crédito e/ou garantia, serviços de extensão, serviços administrativos ou outros especificados anteriormente.

As desvantagens incluem:

- Tamanho: as empresas de pequena dimensão tem pouca capacidade para crescimento. Adicionalmente, o seu tamanho reduzido, limita a sua capacidade de gerar rendimento acima das necessidades de subsistência;
- Localização: às vezes a disponibilidade da terra para as pequenas empresas está mais distante da fábrica do que ideal, limitando assim o seu potencial para a sustentabilidade.

Segundo Marini (2001: 3), quanto maior for o número de produtores, pode haver eventualmente problemas de coordenação na área da colheita. Uma vez que a cana-de-açúcar é uma cultura perecível, então a coordenação deficiente pode ameaçar a viabilidade do agro-negócio.

Capítulo III: O Sub-sector Açucareiro em Moçambique

Moçambique é um país com vantagens na produção de cana-de-açúcar resultantes do clima benéfico para a produção do mesmo, rios que podem contribuir para as necessidades de irrigação e uma larga escala de mão-de-obra (LMC Internacional, 1997; FSU, 1999; UNCTAD,2005).

Para uma análise geral do sector açucareiro moçambicano, primeiramente importa fazer um levantamento dos antecedentes históricos ligados ao sector. O objectivo da análise destes antecedentes históricos é saber os factores que levaram a que o Governo de Moçambique (GoM) considerasse o açúcar uma cultura de rendimento prioritária, bem como os factores que justificam as políticas que têm sido tomadas actualmente sobre o sector.

3.1 Antecedentes

A cana de açúcar foi introduzida em Moçambique com fins comerciais nos finais do século XIX quando se deparou que as condições do solo, clima e água eram propícias para o seu cultivo, nos vales do Zambeze e Buzi (INA, 2000; LMC International, 2000; FSU, 1999).

A primeira fábrica de processamento de açúcar foi construída em 1908 pela Companhia do Buzi. Seis anos depois começou a operar uma nova fábrica próxima do rio Incomati que veio a ser substituída por outra, em 1923, de maior dimensão. Em meados do século XX, mais duas fábricas foram abertas, a de Marromeu e Luabo, pertencentes à Sena Sugar States. Nas décadas seguintes, a indústria de açúcar desenvolveu-se, numa primeira fase, impulsionada pelo investimento britânico e seguidamente pelo investimento português, ambas por via do aumento das áreas de cana, modernização e expansão das fábricas. Finalmente em 1969, foi construída a fábrica Maragra e em 1979 a Mafambisse (INA, 2000; LMC International, 2000; FSU, 1999).

Desde então a produção começou a crescer até atingir o nível mais elevado de 326.152 toneladas em 1972/73. Nessa altura o açúcar tornou-se o terceiro produto mais exportado do país e o principal empregador na economia

A produção começou a decrescer pouco antes da independência, a partir de 1973 . O factor mais marcante que contribuiu para a queda da produção foi a saída da maior parte da força de trabalho especializada e do pessoal de gestão. Nos anos 80, outros factores contribuíram para a prossecução da queda da produção, nomeadamente, (i) o conflito armado em Moçambique que resultou em danos nos equipamentos e infra-estruturas açucareiras; (ii) a política de preços e

cambial, pois estabeleciam-se preços administrativos abaixo dos custos de produção, que beneficiava os consumidores (INA, 2000; LMC International, 2000; FSU, 1999). A tabela abaixo mostra a evolução da produção média do açúcar desde 1972

Tabela nº 2: Produção Média de Açúcar

Período	1972/73	1973/77	1978/82	1983/87	1988/92	1993/97	1998/02	2003/06
Produção média (tons)	311 776	242 961	177 099	34 465	22 723	23 527	73 625	231 554

Fonte: INA

Devido às consequência da guerra que assolou o país, durante esse período, em 1985, as fábricas de Marromeu, Luabo e Maragra tiveram que parar a produção (tanto no campo como na fábrica), que culminou com o encerramento da fábrica de Buzi, em 1991. Apenas duas fábricas, nomeadamente, Mafambisse e Xinavane não pararam de cultivar cana e produzir açúcar, contudo abaixo das suas potencialidades. A produção caiu e chegou a atingir, em 1986, 16.289 toneladas (LMC International, 2000; INA:PES 2001)

Dada a situação em que se encontrava o sector e com a canalização da ajuda externa, a indústria açucareira registou uma melhoria na produção com um crescimento para 31.700 toneladas em 1990. Todavia, verificou-se uma nova queda na produção (para 13.224 toneladas) causadas pelo encerramento das fábricas de Búzi e pela seca de 1991/92. O declínio da produção foi acompanhada pela redução das exportações de açúcar e aumento da importação do açúcar (tornando-se um importador líquido do produto), bem como uma redução do número de trabalhadores de 45.000 em 1970 para 17.000 trabalhadores em 1999.

Devido à potencialidade que o sector açucareiro registou no passado em termos de níveis de produção e exportação, e pelo facto de ter sido o terceiro sector que mais empregava no país, o Ministério da Agricultura definiu o açúcar (e outros produtos agrícolas) como cultura de rendimento prioritária. Para tal seria necessária uma reabilitação do sector (INA, 2002).

O GoM, uma vez considerada necessária a reabilitação do sector, traçou um conjunto de medidas para a sua implementação. O sub-capítulo seguinte o conjunto de medidas delineadas e adoptadas pelo GoM no âmbito da reabilitação do sector açucareiro.

3.2 O programa de Reabilitação do Sector Açucareiro

A reabilitação do sector açucareiro moçambicano, foi uma medida adoptada pelo GoM no final da guerra como forma de arrecadar capital estrangeiro numa escala substancial com o objectivo de promover a reabilitação da indústria açucareira. Uma vez que o estado moçambicano estava a entrar num processo de economia de mercado e privatização das empresas estatais, as companhias de açúcar entraram também nesse processo de privatização (Castel-Branco, 2002).

Outros factores que igualmente levaram à reabilitação do sector açucareiro foram (INA 2002):

- (i) a vantagem competitiva de Moçambique em termos de custos de produção, pois previa-se que Moçambique podia figurar entre os países com menores custos de produção, juntamente com o Malawi, Zâmbia e Zimbabwe;
- (ii) a história e tradição do sector açucareiro em termos de níveis de produção verificados, embora prejudicada posteriormente pela guerra;
- (iii) o facto de o sector açucareiro ter um potencial para atrair o investimento privado estrangeiro, pois a reabilitação de uma fábrica já existente implica menores custos para os investidores;
- (iv) devido aos factores climáticos, a variabilidade da produção era baixa, pois o açúcar era menos propenso a condições climáticas adversas e por isso desempenhava um papel importante na diversificação e estabilização dos rendimentos tanto a nível micro como macro no sector nacional agrícola.

O governo esperava que a reabilitação da indústria açucareira contribuísse para:

- (i) o crescimento económico, por via do aumento da produtividade após a privatização;
- (ii) criação de emprego pois previa-se que as fábricas empregassem cerca de 40.000 trabalhadores, tanto permanentes como sazonais;
- (iii) melhoramento da balança comercial, pois esperava-se que a produção nacional viesse a substituir, numa primeira fase as importações de açúcar e seguidamente para a exportação;
- (iv) criação do empresariado local, pois esperava-se que a reabilitação do sector estimulasse o desenvolvimento dos empresários locais privados;

Por outro lado, a reabilitação da indústria açucareira envolvia custos ligados a reabilitação das fábricas de processamento do açúcar. Os custos perfaziam um montante de USD 394.500.000 (vide tabela abaixo), o qual o GoM não possuía.

Tabela nº 3: Custos de Reabilitação das Açucareiras em 1998 (1000 USD)

Maragra	Xinavane	Buzi	Mafambisse	Marromeu	Luabo	Total
50 000	49 500	35 000	50 000	100 000	110 000	394 500

Fontes: Relatórios Anuais do BM e Balanço do PES 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006

Devido ao elevado nível de custos para a reabilitação das fábricas de processamento do açúcar, o Governo viu a necessidade de envolver os investidores privados com uma larga experiência na área de produção de açúcar e acesso ao capital financeiro, na estratégia de reabilitação do sector. A estratégia de reabilitação envolvia a reestruturação e privatização das empresas açucareiras existentes e o proporcionamento de algum grau de protecção ao mercado interno, relativamente à viabilidade de preços prevalecentes no mercado internacional.

3.2.1 A Privatização das Açucareiras

O GoM iniciou o processo de privatização das açucareiras a partir de 1992. Para tal iniciou primeiramente o processo de clarificação da situação jurídica das fábricas (estrutura de propriedade das fábricas) onde o Governo tratava de negociar as acções das fábricas de forma a se tornar o accionista maioritário e para facilitar o processo de privatização.

Numa segunda fase, mais propriamente a partir de 1997, o Governo iniciou o processo de venda das suas acções a privados e portanto, a privatização propriamente dita. O método de privatização foi específico para cada empresa açucareira e dependeu de diversos factores, como a sua situação jurídica, os objectivos da privatização, o acesso do governo a empréstimos concessionais, a capacidade de gestão tecnológica dos investidores e do número e reputação de compradores interessados (vide tabela abaixo).

Tabela nº 4: Estrutura de Propriedade das Empresas açucareiras de Moçambique após a privatização

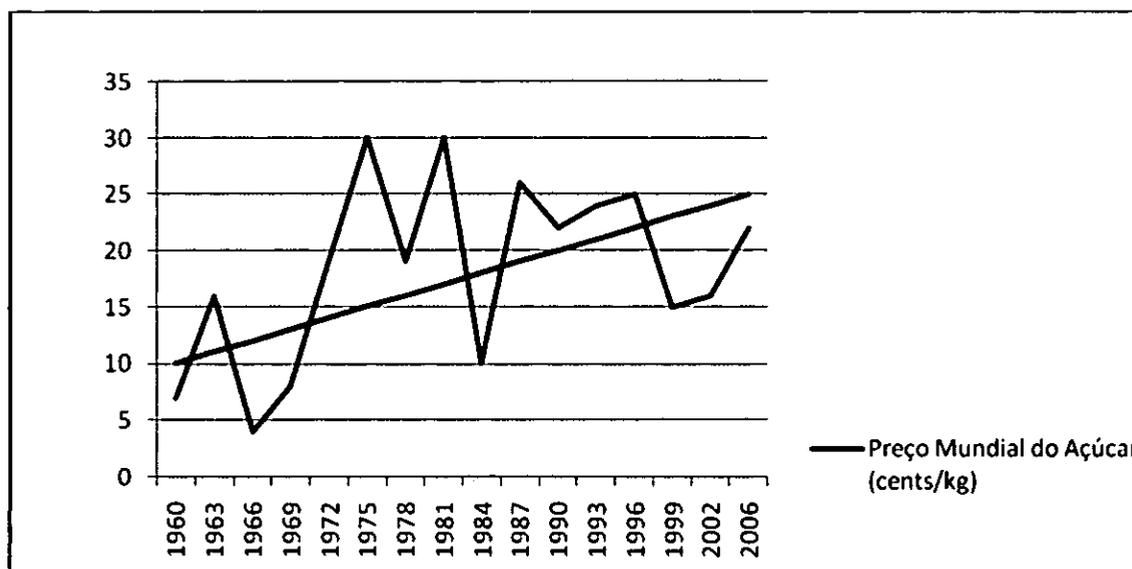
Empresa	Propriedade	Acções (%)
Açucareira de Maragra		
- Maragra Açúcar, SARL	Maragra, SARL ^(a)	50
	Illovo Sugar, Ltd	50
- Maragra Comercial, SARL	Maragra SARL ^(a)	75
	Outros	25
Açucareira de Xinavane, SARL	Estado de Moçambique	51
	Tongaat-Hulett Ltd	49
Açucareira de Moçambique, SARL (Mafambisse)	Tongaat-Hulett Ltd	75
	Estado de Moçambique	25
Companhia do Búzi, SARL	Banco de Moçambique	67
	Estado de Moçambique	33
Companhia do Sena, SARL (Marromeu e Luabo)	Sena Holding Co.	75
	Estado de Moçambique	25

Fonte: (INA), 2000. (a) A estrutura de propriedade de acções da Maragra SARL é a seguinte: (i) Família Petiz, 60%; (ii) Banco de Moçambique, 17%; (iii) Estado de Moçambique, 17%; (iv) Outros, 6%.

A privatização das açucareiras não previa a terra, que de acordo com a constituição moçambicana de 1990, esta pertence ao Estado. Os indivíduos e empresas poderiam no entanto possuir o direito de utilização por períodos de 50 anos, sujeitos ao pagamento de uma taxa nominal (INA 2000).

Segundo Locke (2002:14) o sucesso da privatização deste sub-sector foi possível principalmente devido à criação de um ambiente que protege o mercado doméstico da instabilidade e baixos níveis de preços internacionais de açúcar. Acrescenta que o elemento central do processo de privatização é a política de preços que fixa tarifas variáveis no preço das exportações, quando o preço atinge níveis abaixo de um preço histórico do preço mundial, o que é similar aos sistemas de muitas indústrias na África Austral e América do Sul (África do Sul, Brasil, Argentina, etc).

Gráfico 1: Evolução do Preço Mundial de açúcar e respectiva tendência de crescimento exponencial no período de 1960 a 2006



Fonte: Base de dados do SIMA 2007

O preço mundial do açúcar tendeu a oscilar ao longo do período de 1960 a 2005 e atingiu o seu pico entre 1972/75 e 1978/81. Apartir de 1981 o preço continuou a oscilar, contudo a níveis cada vez menores. Desde 1999 que os preços mundiais do açúcar tendem a estabilizar-se.

3.2.2 A Reforma da Política de Preços² do Açúcar

A reabilitação da indústria açucareira moçambicana envolvia também a reforma na política de preços do açúcar pois a privatização das empresas não era suficiente para se atrair os investidores. Outro motivo que levou à reforma na política de preços do açúcar moçambicano foi o facto de a maioria dos países a nível mundial (EUA, UE e Brasil) implementaram políticas de preços (preços compensadores e estáveis para os produtos no mercado interno) que beneficiavam o sector nacional de cada país. Por esse motivo, o Governo viu a necessidade de implementar uma política proteccionista à indústria açucareira nacional. Outros factores que justificam a política de protecção ao sector açucareiro moçambicano, foram:

(i) a natureza residual do mercado internacional pois são aplicados preços de dumping abaixo dos custos de produção (INA 2000);

² Política de Preços foi o termo usado no documento do INA, 2000 ao enumerar as fases da reestruturação do sector açucareiro moçambicano. De acordo com o documento previa-se uma reforma da política de preços pois esperava-se que a reforma proporcionasse algum grau de protecção interno relativamente aos preços distorcidos e voláteis prevalentes no mercado internacional.

(ii) o facto das fábricas moçambicanas de processamento de açúcar estarem na sua fase nascente causada pela reestruturação e portanto com pouca capacidade de explorar economias de escala associadas à utilização total da sua capacidade instalada. Nesta fase as fábricas costumam ser prejudicadas pelas importações baratas do mercado internacional ou de países vizinhos muito eficientes.

(1) *Política Aduaneira praticada antes da Reforma: Tarifa à importação do açúcar (1992-1997).*

Antes da implementação da Reforma da política de preços, a anterior política de preços em vigor em Moçambique baseava-se na cobrança de um valor relativo a importação do açúcar que era composta por (LMC International, 2004; INA, 2000):

- (i) 7.5% - Tarifa aplicada sobre o preço CIP de Importação do açúcar;
- (ii) 5% - Taxa de venda.

Dado que as vendas domésticas também pagavam 5% da taxa de venda, a taxa de protecção era apenas de 7.5%.

Esta política havia sido implementada com o objectivo de proteger a indústria açucareira nacional da concorrência externa no que diz respeito aos preços praticados pela indústria nacional que eram superiores aos preços do açúcar estrangeiro. Por outro lado, pretendia-se fazer com que os preços domésticos alcançassem a mesma linha dos preços de referência institucional, que era de 385 US\$ por tonelada para o açúcar castanho e 450 US\$ para o açúcar branco (LMC International, 2004; INA, 2000).

(2) *A Nova Política Aduaneira: Política de sobretaxa à importação do açúcar (1997-2002)*

A Reforma da Política Aduaneira foi feita com base na cobrança de uma sobretaxa às importações do açúcar. Neste contexto, o Governo moçambicano introduziu em 1997, a política de preços correntes (Comunicação nº 010/CSTA/97), onde foi aprovada uma sobretaxa nas importações de açúcar que seria acrescida à tarifa de 7.5% e ao imposto de circulação de 5% já em vigor.

A sobretaxa baseava-se num preço de referência fixado anualmente e todas as importações com preços CIP³ abaixo do preço de referencia seriam sujeiras ao pagamento de uma sobretaxa, cujo

³ Cost, Insurance and Freight (Custo, seguro e frete) – clausula universalmente usada em todas as despesas (inclusive o seguro marítimo e frete, ate a chegada da mercadoria no porto de destino designado), correm por conta do vendedor. Todos os riscos desde o momento que transpoe a amurada do navio no porto de embarque sao da

valor seria igual a diferença entre os preços de referência o preço CIF (INA 2000). Se o preço CIF fosse mais elevado que o preço de referência, ou igual a ele, não se aplicaria nenhuma sobretaxa.

A fórmula do cálculo da sobretaxa foi revista e publicada no Diploma Ministerial 56/2001 de 30 de Março de 2001. de acordo com a disposição do Artigo 5 do mesmo Diploma, as sobretaxas para um determinado mês seriam expressas em termos percentuais de acordo com a fórmula:

$$\text{Sobretaxa} = (\text{Preço de Referência} - \text{Preço CIF Aplicável} * 0.93) / \text{Preço CIF Aplicável}$$

A sobretaxa aplicada é uma taxa variável e não uma tarifa fixa com o objectivo de reduzir a volatilidade dos preços no mercado interno e evitar que os produtores e consumidores sejam prejudicados pelas variações de preços do mercado internacional. Como os mercados internacionais são instáveis, uma tarifa fixa penalizaria o consumidor em períodos de alta de preços, e seria ineficaz na protecção do mercado interno em períodos de baixa de preços (INA 2000, LMC International, 2000).

(3) *Benefícios Fiscais: Política de Isenção do IVA ao açúcar (2002-2006)*

O Governo moçambicano passou a cobrar, para além da tarifa e sobretaxa, o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA). O IVA é uma taxa (equivalente a 17% introduzida a partir de 1999) que é cobrada a todas as vendas e prestação de serviços, bem como nas importações (Lei nº38/98 de 8 de Janeiro, BR nº1, Diploma Ministerial nº198/998 de 30 de Outubro; Decreto nº51/98 de 29 de Setembro, BR nº38).

A fórmula do cálculo e cobrança do IVA é:

$$\text{IVA devido} = \text{IVA liquidado nas Vendas} - \text{IVA suportado nas Compras}$$

O GoM, como forma de dinamizar a actividade açucareira e a produção de cana-de-açúcar, nesta fase da sua reabilitação e expansão, considerou conveniente conceder a isenção do IVA ao

responsabilidade do comprador. O comprador recebe a mercadoria no porto de destino e arca com todas as despesas tais como: taxa de desembarque, impostos e outras taxas cobradas no transporte marítimo.

sector açucareiro no que diz respeito à produção interna e à importação. A política de isenção do IVA foi posta em vigor para minimizar o contrabando do açúcar. O prazo de isenção era até 31 de Outubro de 2004. A produção da cana sacarina passou a beneficiar de isenção completa do IVA e a produção do açúcar passou a beneficiar de uma isenção simples.

Em 2004 o GoM viu a necessidade de prolongar o prazo de isenção do açúcar, pelo facto do sector ainda se encontrar numa fase de expansão (Artigo 9, BR nº 48 de 10 de Dezembro de 2004).

Portanto, o que se pode aqui concluir é que o GoM dada a grande produção do sector açucareiro moçambicano, decidiu implementar uma reforma ao sector por via da privatização das açucareiras e políticas de preços que incluía a sobretaxa, acrescida da tarifa, cobrança e posterior isenção do IVA.

3.3 Indústria do açúcar hoje

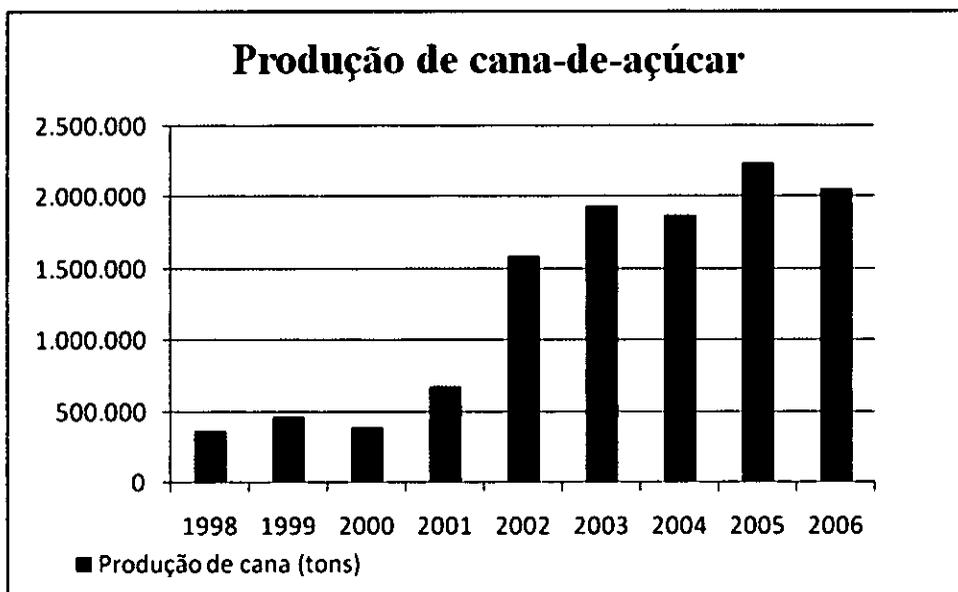
Após o final da guerra civil em 1992, a estratégia do Governo para o sector açucareiro era o de promover a privatização, investimento e reconstrução das usinas de açúcar. O resultado é que a indústria do açúcar está gradualmente voltando ao normal, com as usinas em funcionamento quase totalmente sob propriedade de capital estrangeiro: alguns sul africanos e outros de Maurício.

Como resultado dos trabalhos de reabilitação, a produção tem rapidamente crescido de perto de 20,000 toneladas métricas em 1991 para 265,000 toneladas em 2005, e 230, 000 toneladas em 2006 confirmando o grande potencial do país. Isto foi alcançado pela combinação de:

- Baixo custo de produção;
- O apoio do Governo no mercado doméstico através de uma política de preços do açúcar. Esta política impõe uma taxa variável de compra de açúcar exportado para compensar o baixo nível e a volatilidade dos preços mundiais de açúcar. O apoio aos preços domésticos também fornece uma forma de compensação pelos riscos inerentes envolvidos no investimento da reabilitação do sector.

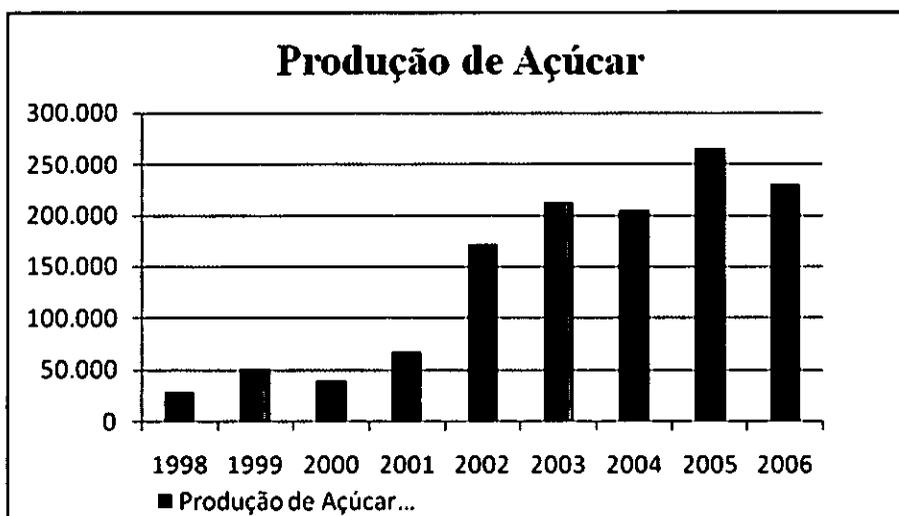
Em 2005, a indústria açucareira atingiu o seu mais alto nível de produção (vide Gráficos 1, 2 e tabela 4 abaixo), apesar de não ter alcançado Em 2006 os níveis de produção estimados.

Gráfico 2: Produção de cana-de açúcar, 1998 a 2006



Fonte: NIS, 2007

Gráfico 3: Produção de açúcar, 1998 a 2006



Fonte: NIS, 2007

Tabela nº 5: Evolução da Produção Nacional do Sector Açucareiro (1998-2006)

Ano	Área Cortada para a Fábrica (ha)	Cana Moída (tons)	Açúcar (tons)	Melaço (tons)	Rend. Agríc. (Ton/ha)	Rend. Ind (TC:TA) ⁴
1998	7.266	368.704	38.555	14.167	50,74	9,56
1999	8.462	469.455	50.745	19.587	55,48	9,25
2000	7.900	397.275	39.035	15.844	50,29	10,18
2001	11.828	675.623	67.269	28.749	57,12	10,04
2002	23.907	1.586.262	172.521	55.378	66,35	9,19
2003	27.055	1.940.193	212.194	69.507	71,71	9,14
2004	28.696	1.873.262	205.114	66.079	65,28	9,13
2005	31.199	2.246.985	265.478	81.452	72,02	8,46
2006	32.710	2.391.767	243.433	83.712	73,12	8,81

Fontes: Relatórios Anuais do BM e Balanço do PES 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006

A produção da cana-de-açúcar registou uma redução de 8,3% relativamente a 2005. As principais razões desta redução foram a má distribuição da precipitação, problema associado à deficiência na rega para complementar as chuvas e problemas de acesso à energia eléctrica em algumas açucareiras. Estes problemas afectaram os rendimentos agrícolas, reduziram o conteúdo de sacarose na cana e implicaram uma redução na produção do açúcar.

No entanto, apesar da redução na produção de açúcar em 2006, o volume de açúcar produzido, foi suficiente para satisfazer as necessidades do mercado nacional, exportações para os mercados preferenciais incluindo as solicitações adicionais nestes mercados, e para exportar para o mercado internacional livre.

⁴ Toneladas de cana usada para produzir uma tonelada para açúcar (TC:TA)



Todo o açúcar em Moçambique é produzido exclusivamente da cana. A cana é predominantemente plantada por moageiro-tornado-plantador (MTP). O aumento do abastecimento da cana foi alcançado através do contracto com plantadores independentes de cana (esquemas externos) que começou em 1998.

Espera-se que por um lado, o desenvolvimento desta agro-indústria contribua para o alívio da pobreza e em geral para o desenvolvimento rural através da criação das oportunidades de emprego nas zonas rurais remotas. Provavelmente o impacto da agro-indústria açucareira no alívio à pobreza e desenvolvimento rural será maior com o desenvolvimento dos pequenos canavieiros locais, esperando também que a reabilitação desta agro-indústria contribua para a poupança e geração de divisas para o país.

3.4 Contribuição da Indústria Açucareira na Balança Comercial

As estatísticas publicadas pelo Banco de Moçambique revelam que a economia moçambicana manifesta um défice estrutural na balança comercial (vide tabela abaixo).

Tabela nº 6: Evolução da Exportação do Sector Açucareiro (1995-2006) em 10⁶ USD

Anos	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Exportação de Bens	175	226	230	245	284	364	703	810	1044	1504	1745	2381
Exportação de Açúcar (FOB)	7.3	10.0	9.8	8.3	5.3	4.3	8.3	18.0	18.8	35.5	38.2	71.4
Exportação de Açúcar como % da exportação de bens	4.2	4.4	4.3	3.4	1.9	1.2	1.2	2.2	1.8	2.4	2.2	3.0

Importação de bens	654	704	684	736	1090	1046	957	1477	1648	1750	2242	2649
Importação de Açúcar (CIF)	n.a	n.a	n.a	87.3	7.4	5.0	2.9	4.9	6.1	7.9	9.0	4.3
Importação de Açúcar como % da Importação de bens	n.a	n.a	n.a	11.9	0.7	0.5	0.3	0.3	0.4	0.5	0.4	0.2
Saldo da Balança Comercial (CIF)	-479	-478	-454	-491	-806	-682	-254	-667	-604	-246	-497	-268

Fontes: Relatórios Anuais do BM e Balanço do PES 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006

De 1999 a 2006 a Balança Comercial registou um défice médio anual de UDS 634 milhões. Os maiores desvios foram em 1999 (cerca de US 300 milhões) e em 2001 (cerca de USD 250 milhões). Este comportamento explica-se fundamentalmente pelo rápido crescimento dos volume manuseados pelos grandes projectos.

Assim sendo, qual o efeito líquido na balança comercial de Moçambique resultante da estratégia de reabilitação e desenvolvimento das companhias açucareiras no país?

Para responder a esta questão temos que considerar dois períodos distintos, nomeadamente antes (1995 a 1997) e depois (1998 a 2006) da implementação da estratégia de açúcar.

Durante o período 1995-1997 as receitas resultantes das exportações de açúcar tiveram uma participação média anual de 4.3%. Embora não tenha sido possível obter os valores relativos às importações durante este período (pois as fontes do INE, BM apresentam-se de uma forma agregada de "Açúcares e produtos de confeitaria"), é mais provável que as receitas das exportações de açúcar tenham sido inferiores às despesas das importações do mesmo, devido ao baixo nível da produção doméstica do açúcar nesse período como ilustra a tabela abaixo:

Tabela nº 7: Evolução da Produção Nacional do Sector Açucareiro (1995-97)

Ano	1995	1996	1997
Produção (tons)	28,351	29,288	25,229

Fonte: INA 2000

De 1998 a 2006 as exportações de açúcar tiveram uma participação média de cerca de 2.2 %, porém este resultado poderia ter sido melhor senão vejamos: embora a estratégia de reabilitação e desenvolvimento da agro-indústria tenha sido lançada em 1997, o seu impacto não foi imediato, houve um desfazamento temporal entre a publicação da estratégia e o início da produção e exportação de açúcar, por razões de natureza operacional, financeira, ambiental (cheias por exemplo).

O maior volume de exportações foi feita para mercados preferenciais nos EUA, na União Europeia (sob a Iniciativa EBA e o Protocolo do Açúcar UE/ACP) e o SACU (através do Protocolo de Comércio da SADC).

As exportações para mercados preferenciais estão aumentando por duas razões:

- (i) o impacto do furacão Katrina nos EUA aumentou o déficite de açúcar naquele país, obrigando-o a expandir as cotas preferenciais;
- (ii) alguns países signatários da Iniciativa EBA na UE não foram capazes de preencherem suas cotas, e elas foram redistribuídas para outros membros, inclusive Moçambique. Portanto, Moçambique está se beneficiando do comércio com o mercado internacional.

Observa-se que houve um substancial aumento dos níveis de rendimento das exportações para mercados preferenciais, principalmente devido ao alto volume de açúcar exportado para a UE em consequência das novas cotas concedidas a Moçambique.

Moçambique é um exportador ACP de açúcar que não se beneficia do Protocolo do Açúcar mas que solicitou uma cota zero sob o Protocolo ACP. Isto significa que Moçambique eventualmente receberia uma parte da diferença dos actuais detentores de cotas.

Considerando que os preços do açúcar na UE poderão cair, vários produtores Caribenhos menos custo eficientes poderão perder as suas cotas de mercado e Moçambique terá a oportunidade de

se beneficiar desta diferença. Moçambique tem se beneficiado do EBA, preenchendo a cota (cerca de 10,000 toneladas actualmente) aprovada pelos produtores ACP PMD. Isto poderá aumentar com o tempo mas eventualmente será eliminado em 2009. No futuro, as exportações de açúcar de Moçambique para o mercado mundial poderão se beneficiar de qualquer redução do regime do açúcar sob o CAP, já que isto possivelmente levaria à uma redução dos subsídios de exportação da UE e poderão elevar os preços mundiais do açúcar. Por outro lado, as suas exportações para a UE muito possivelmente perderão com a queda no preço da UE (MIC, 2000).

Essencialmente, Moçambique precisa determinar a sua própria estratégia, levando em conta os objectivos domésticos (tanto da indústria do açúcar como na situação dos consumidores), a estratégia PMD, a estratégia ACP e o debate interno da UE.

A indústria moçambicana do açúcar tem sido reabilitada por investidores estrangeiros privados, que estiveram atraídos por um preço activo e da política de mercado feita pelo governo. Neste estágio, os principais objectivos domésticos da política para esta indústria são:

- (a) fortalecimento das capacidades e competitividade da indústria do açúcar;
- (b) diversificar a indústria e fortalecer os vínculos domésticos;
- (c) aumentar o emprego rural; e
- (d) reduzir o preço para os consumidores individuais e industriais.

Dentro da anunciada reforma do regime do açúcar pela UE, a Comissão Europeia (CE) chegou a um consenso sobre o preço do açúcar a ser praticado a partir de Junho de 2006. Este consenso leva a uma gradual redução de 36% para o açúcar fino e 33% para o açúcar amarelo dentro do preço interno do açúcar até o ano económico 2009/2010.

Dada à natureza de longo prazo dos investimentos realizados, podemos questionar se a longo prazo o investimento realizado nas açucareiras poderá ou não melhorar de forma sustentável a posição da balança comercial?

A resposta dependerá por uma lado, da evolução do acesso ao mercado internacional do açúcar e da possibilidade de fabricar ao nível interno pelo menos algumas peças de equipamentos usadas pelas companhias açucareiras.. dado que ainda não há perspectivas de fabrico nacional de tais equipamentos, o nível de acesso ao mercado internacional e preferencial continua a ser um factor determinante na posição da balança comercial.

Infelizmente, é difícil prever com acuidade o que acontecerá com os mercados preferenciais e que impacto essa evolução poderá ter sobre os preços do mercado mundial. É um desafio, pois o mercado do açúcar é tudo, menos um ambiente seguro.

3.5 Geração de Emprego pela Indústria Açucareira

Dado que a pobreza em Moçambique é mais profunda nas zonas rurais, então, a expansão da produção de açúcar e a crescente procura de mão-de-obra rural pode contribuir para o desenvolvimento da economia rural.

O rendimento obtido a partir do emprego nas companhias açucareiras poderá melhorar o acesso aos bens públicos, tais como bens educacionais, de saúde e outras infra-estruturas sócio-económicas, o que, em conjunto pode permitir a melhoria da qualidade de vida daquelas áreas.

De acordo com o Instituto Nacional do Açúcar, o aumento da produção de açúcar em teve um impacto positivo no desenvolvimento económico e social, particularmente no que diz respeito ao emprego. As quatro usinas de açúcar empregaram directamente 24,658 empregados permanentes e sazonais em 2006, o equivalente a 19,820 vagas de trabalho em tempo integral. Além dos trabalhadores empregados pelas companhias de açúcar, outros 6,458 trabalhadores foram empregados por outras companhias para a produção, corte, colecta e transporte da cana de açúcar (INA, 2006). A tabela abaixo dá uma visão da evolução da geração de emprego pelo sector açucareiro, que reflecte um crescimento positivo quanto ao número de emprego gerado ao longo dos anos em questão, o que vem sustentar o aumento da produção de açúcar com um impacto positivo no desenvolvimento económico e social do país .

Tabela nº 8: Evolução da mão de obra Empregue no Sector Açucareiro (1999-06)

Anos	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2006	2006
Geração de Emprego	17,377	17,782	17,000	18,519	20,000	22,490	24,258	26,235

Fonte: INE, INA 2006

3.6 Produção de Pequenos Canavieiros

Segundo o GoM (1997b:13-14) o desenvolvimento da indústria açucareira deve contribuir para a criação de um relacionamento positivo entre a acumulação económica empresarial e o desenvolvimento do campesinato, pelo que a política do sub-sector deve contemplar o aumento da estabilidade e melhoria das condições de emprego e de rendimento dos trabalhadores agrícolas e para a geração de alternativas económicas para o campesinato, através, por exemplo, do enquadramento dos canavieiros familiares independentes.

Tal como salientava Marini (2001:9), o crescimento do sub-sector açucareiro em Moçambique é uma oportunidade para a criação de uma classe de pequenos canavieiros locais, os quais podem investir na economia rural, e dessa forma iniciar um processo endógenos de transição da agricultura de subsistência e de baixa produtividade, para uma agricultura mais produtiva, virada para o mercado.

Um dos factores favoráveis ao enquadramento positivo dos pequenos canavieiros no desenvolvimento da agro-indústria açucareira em Moçambique é que, segundo Marini (2001), cada uma das companhias envolvidas na reabilitação deste sub-sector tem uma experiência considerável na promoção da produção de pequena e média escala bem sucedida na região Austral de África (principalmente no Zimbabwe e África do Sul, mas também na Suazilândia e Malawi) e nas Maurícias.

Os planos de desenvolvimento das fábricas são divididos em duas fases. A primeira cobre a reabilitação da fábrica na capacidade potencial e a parte central da plantação para garantir o mínimo fornecimento da quantidade de cana necessária para a viabilidade económica da fábrica. A segunda fase tem como objectivo minimizar os custos unitários através da expansão da capacidade produtiva e/ou remoção dos constrangimentos da exploração total da capacidade, caracterizada por isso por uma expansão da área de cana-de-açúcar.

É de se notar que grande parte da produção da cana continua a ser produzida nas plantações das companhias, contudo, algumas açucareiras têm recebido quantidades de cana das produções independentes, tal é o caso das açucareiras de Maragra e Xinavane. A maior parte desta cana é produzida por uma mistura de farmeiros moçambicanos e estrangeiros.

As companhias de Mafambisse e Marromeu mantêm a produção directa da cana que fornece as respectivas fábricas.

Maragra constitui uma excepção uma vez que mais de 50% da terra é dividida e cultivada por uma companhia independente (Maragra Comercial), ligada à fábrica simplesmente por meio de um contrato de venda.

Segundo Marini (2001:7), esta situação é resultante do processo de privatização da ex-Maragra Sarl que deixou os novos investidores estrangeiros com o controlo da fábrica e cerca de 3 100 hectares (Maragra açúcar), enquanto que o resto da farma (3 700 hectares) permaneceu com os antigos proprietários da Maragra Sarl, os quais fundaram a nova companhia (Maragra Comercial). Todavia, depois da campanha 1998/99, a Maragra açúcar tomou conta da gestão da Maragra Comercial, devido ao facto de que a Maragra Comercial ter provado ser incapaz de fornecer a quantidade de cana estabelecida no contrato. Actualmente a companhia tem o controlo directo da produção de açúcar da propriedade da Maragra Comercial, embora seja apenas numa base de contrato de gestão.

Segundo Marini (2001:9) existem três principais determinantes da estrutura actual na produção da cana-de-açúcar a saber:

- a) *A terra* não é um constrangimento para a maioria dos investidores. As fábricas têm terra suficiente para a capacidade produtiva das suas fábricas, mesmo à luz dos futuros planos de expansão. Ao invés de contratarem produtores independentes com as suas próprias terras, tal como noutros países vizinhos como por exemplo, na Suazilândia (Domleo, 2002), as fábricas de açúcar vão para a direcção oposta, arrendando a terra para os produtores seleccionados, geralmente grandes canaveiros estrangeiros.

O sistema de ocupação ilegal de terra não é um constrangimento. Os investidores estrangeiros sentem-se suficientemente seguros dentro do quadro legal, e a ausência de direitos de propriedade não cria nenhum desincentivo na parte agrícola, dado que, em geral, as terras aráveis em Moçambique são ainda abundantes.

Todavia, a taxa de crescimento populacional combinado com as estratégias de segurança alimentar ao nível familiar, e as poucas alternativas existentes para a geração do rendimento nas zonas rurais, farão uma maior pressão sobre a terra. Neste contexto, a pressão sobre as companhias com grandes extensões de terra poderão ser crescentes.

- b) *Custos de mão-de-obra*. Existe um grande número de mão-de-obra não qualificada o que torna os salários agrícolas baixos, e os sindicatos do comércio, em particular nas áreas rurais são fracos e pouco organizados. As companhias açucareiras podem ainda

encontrar mão-de-obra barata nas suas plantações. A longo prazo, os salários poderão subir devido à falta de mão-de-obra sazonal como consequência da competição entre as companhias açucareiras bem como pelo surgimento de alternativas de emprego nas zonas rurais ou em centros urbanos relativamente próximos. As perspectivas de desenvolvimento de empresas alternativas a curto e médio prazo, são poucas ou mesmo inexistentes. Mesmo assim a resposta encarada não é a descentralização baseada nos contratos com pequenos e médios produtores. Pelo contrário, é mais provável que a mecanização substitua a contratação de mão-de-obra.

- c) *Redução do risco.* No contexto do esforço financeiro para a reabilitação das fábricas destruídas, a redução do risco foi a principal força impulsionadora para a descentralização da produção da cana-de-açúcar. Esta é a razão pela qual é dada a prioridade aos grandes produtores comerciais com o próprio acesso ao capital, experiência na produção da cana e capacidade financeira ao invés dos pequenos canavieiros.

Assim, Mairini (2001:10) considera que o Governo deveria ter intervindo através da criação de programas que estimulassem os investidores nas companhias açucareiras a contratarem mais pequenos canavieiros locais. Todavia, existiram alguns constrangimentos na implementação de tais programas, nomeadamente:

- Acesso ao capital financeiro. Os pequenos canavieiros locais não têm acesso ao crédito. As companhias por seu turno, são relutantes em fornecer crédito aos farmeiros, na medida em que este aumentaria o seu risco.
- Capacidade técnica e de gestão. Muitos dos potenciais canavieiros moçambicanos não têm as necessárias habilidades técnicas e de gestão para se tornarem produtores eficientes de cana-de-açúcar.
- A coordenação dos produtores independentes. A coordenação constitui um factor importante na época da colheita devido à necessidade de um fluxo contínuo da matéria-prima para a fábrica, para além de que a cana-de-açúcar é uma cultura perecível.

Capítulo IV: Conclusões e Recomendações

4.1 Conclusões

O Governo de Moçambique devido ao potencial da indústria de açúcar em termos de elevados níveis de produção a baixos custos, bem como a guerra que havia assolado a indústria, implementou uma política que visava a reestruturação do sector açucareiro. A política baseava-se na privatização das açucareiras e na reforma na política de preços.

A reabilitação das companhias açucareiras em Moçambique, combinada com a instituição de mecanismos de protecção do mercado doméstico e combate ao contrabando do açúcar, são os factores determinantes da evolução positiva deste sub-sector.

A actividade de plantação e processamento da cana-de-açúcar realizadas nos distritos onde se localizam as açucareiras têm um impacto directo na redução da pobreza, crescimento e desenvolvimento da economia rural, pois criam oportunidades de emprego remunerado.

O sub-sector açucareiro em Moçambique emprega actualmente cerca de 26,235 trabalhadores permanentes e sazonais, significando que houve um aumento pois em 1999 as açucareiras empregavam cerca de 17,377 trabalhadores. O crescimento das oportunidades de emprego directo nas companhias açucareiras acompanhou o ritmo de crescimento da população economicamente activa dos distritos, onde estas companhias estão localizadas, pois enquanto que em 1997 o emprego directo nas açucareiras como percentagem da população economicamente activa naqueles distritos foi de 7.7% em 2005 passou para 9.3%.

Com a implementação da estratégia de açúcar em 2001, as receitas das exportações tiveram maior contribuição relativa do que as despesas com as importações do mesmo. Todavia em termos absolutos, o investimento realizado para a reabilitação da agro-indústria açucareira ainda não contribuiu para a melhoria da balança comercial. Dado que a diversa maquinaria necessária para modernizar as açucareiras do país foi importada, significa que houve apenas uma substituição da factura de importação do açúcar pela factura de importação da maquinaria. Dado que ainda não há perspectivas de fabrico nacional de equipamentos usados na operação das açucareiras, o grau de acesso ao mercado preferencial de açúcar associado com a prática de preços mais baixos comparativamente ao mercado internacional livre, será um dos determinantes da posição da balança comercial a longo prazo. Porém, é difícil prever com acuidade o que acontecerá nos mercados preferenciais e que impacto essa evolução poderá ter nos preços do mercado internacional.

A maior parte da cana-de-açúcar destinada à produção de açúcar em Moçambique continua a ser produzida pelas companhias açucareiras, porque os pequenos canavieiros locais não têm acesso ao capital financeiro, não têm capacidade técnica e de gestão e, ainda, porque a existência de vários pequenos canavieiros dificulta a coordenação na fase de corte da cana. Por isso, em Moçambique está-se a perder a oportunidade para o desenvolvimento de uma classe de pequenos canavieiros locais, que podia investir na economia rural e, desta forma, iniciar um processo de transição de agricultura de subsistência e de baixa produtividade, para uma agricultura mais produtiva e virada para o mercado.

4.2 Recomendações

É importante que Moçambique seja dado maior acesso aos mercados preferenciais a preços mais elevados que os preços praticados no mercado internacional livre. Isso permitiria que o aumento do volume das exportações de açúcar tivesse uma contribuição cada vez mais produtiva na balança comercial.

Recomenda-se também a adopção de algumas medidas conducentes à redução dos constrangimentos para a maior integração dos pequenos canavieiros no desenvolvimento da agro-indústria açucareira em Moçambique, tais como:

- a) Desenho e implementação de programas de formação e treinamento dos pequenos canavieiros. Estes programas podem ser desenvolvidos em parcerias com agências doadoras, o governo e as companhias açucareiras. Os programas podem contribuir positivamente para a transferência de conhecimentos, o que em última análise, seria um incentivo para que as companhias açucareiras estabelecessem parcerias com os pequenos canavieiros.
- b) Criação de pequenas associações de produtores responsáveis pela coordenação dos seus membros e ligação com a companhia. Do lado da companhia, devia ser criado um departamento específico para lidar com as associações dos pequenos canavieiros. Isso seria uma réplica do que acontece na vizinha Suazilândia.
- c) Criação de instituições micro-financeiras, viradas aos pequenos e médios canavieiros, em particular, e ao sector familiar no geral. Estas associações podiam ser fundadas em coordenação entre o governo, agências doadoras e as companhias açucareiras

Bibliografia

Alvarez, José e Polopolus, Leo C. (1998). "The History of U.S Sugar Protection". Institute of Food and Agricultural Sciences, University of Florida, Gainesville, FL.

Benson, C. e Clay E. (1998). The Impact of Driught on Sub-saharan African Countries. A Preliminary Examination. World Bank Technical pale n 401.

Banco de Moçambique: Relatórios Anuais (1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006). Maputo.

Castel-Branco, C.N (1994). Problemas Estruturais de Industrialização, A Indústria Transformadora, in Perspectivas Económicas de Moçambique.Universidade Eduardo Mondlane (UEM)/Fundação Friedrich Ebert, Maputo;

Castel-Branco, C.N (2002). "An investigation into the Political Economy of Industrial Policy: The case of Mozambique". University of LondonCASTRO, C.A.M.R, 1995 A Problemática da Agro-indústria Açucareira do Estado do Rio de Janeiro. Conjunto Universitário Cândido Mendes. Faculdade Cândido Mendes – Campos dos Goytacazes.

Castro, C.A.M.R (1995) A problemática da Agro-indústria Açúcareira do Estado do Rio de Janeiro. Conjunto Universitário Cândido de Mendes. Faculdade Cândido Mendes – Campos dos Goytacazes, Brasil

Christopher G. D.; Ansong, Granville; Posehn, Greg D. (1993). Agricultural Pricing in Eastern Africa. A Macroeconomic Simulation for Kenya, Malawi, Tanzania and Zambia. Economic Developing Institute of the World Bank. Edi Technical Materials, Wtgeningen, Netherlands.

Chuta, E. e Carl Liedholm. (1979). Rural Non-Farm Employment: A Review of the State of the Art. Michigan State University, Rural Development Paper nr 4, Department of Agricultural Economics, Michigan State University, East Lansing.

Dehn, J. (2000). The Effect on Growth of Commodity Price Uncertainly and Shocks. Policy Research Working Paper 2455. The World Bank. Development Research Group.

Domleo A. H (2002). Small-scale Sugarcane Farming: Key Factors for Sustainability. FAO/Mozambique. Third International Sugar Conference.

EU-SADC (2005). "O Comércio em Favor do Desenvolvimento: Acordos de Parceria Econômica"; Comissão Européia, DG Comércio.

FAO (2000). Review of the Mozambique Sugar Sub-sector Policy. Maputo

FAO, (2003), "Mozambique Sugar Conference: Sugar and Development in África and in the World: sustainability, diversification and trade", Maputo, Mozambique.

Governo de Moçambique: Balanço do PES (2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006)

Governo de Moçambique (1997). Política e Estratégia Industrial. Boletim de República. I Série Nº 33 2º Suplemento. Maputo.

_____.(1997). Estratégia do Açúcar. Ministério da Agricultura. Maputo.

_____. (1997). Regulamento da Lei de Terras. Boletim da República. I Série. Suplemento Nº 48. Maputo

Haworth, D. (2002). A Small Holder Success Story. FAO/Mozambique. Third International Sugar Conference. Maputo.

Hazeleger, B. (2001). EU Sugar Policy: Assessment of Current Impact of the Future Reform. Netherlands: Agrapen.

Huan-niemi, Ellen e Kerkela, Leena (Agosto de 2005). Reforma no Regime do Açúcar: Impacto nos Mercados Globais de Açúcar. Helsinki, Finlândia

Ibraimo, S. (1999). Structural Adjustment in Mozambique. Unpublished Master in Development Economics Dissertation. University of Manchester.

INA (2000). "O sector do Açúcar em Moçambique: Situação Actual e Perspectivas Futuras, Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Liedholm, Carl (1990). Micro and Small Enterprises and the Rural Poor, in Agricultural Development in the Third World. The Johns Hopkins University Press. Baltimore and London.\

Locke, A.2002. The Mozambique Sugar Industry; Overview and Outlook. Third International Conference Maputo

Marini, A. (2001) Partnership Between Local Peasants and Large Commercial Investors: The Case of the Sugar Sector in Mozambique. In www.fao.org (22 Agosto de 2007)

Mcpherson, F.M. (2002). Crescimento e Redução da Pobreza, Lições da Experiência Internacional, in A Economia Moçambicana Contemporânea. Gabinete de Estudos, Ministério do Plano e Finanças. Maputo.

República de Moçambique (2005), Documento de Redução da Pobreza (PARPA II), Ministério do Plano e Desenvolvimento, Moçambique

República de Moçambique (2005), Relatório da IV Sessão de Observatório da Pobreza, Ministério do Plano e Desenvolvimento, Moçambique

República de Moçambique (Julho 1998), Política e Estratégia de Comércio, Ministério da Indústria e Comércio, Moçambique

UNCTAD, (2005). Effects of the “Everything But Arms” Initiative on the Sugar Industries of the Least Development Countries”, United Nations Conference on the Trade Development

Anexos

Anexo nº 1: Preço Mundial do Açúcar (cents/Kg)

Ano	Preço
1960	7
1963	16
1966	4
1969	8
1972	19
1975	30
1978	19
1981	30
1984	10
1987	26
1990	22
1993	24
1996	25
1999	15
2002	16
2006	22

Fonte: Base de Dados do SIMA, 2006

Anexo nº 2: Produção de cana-de açúcar, 1998 a 2006 (tons)

Ano	Produção
1998	368,704
1999	469,455
2000	397,275
2001	675,623
2002	1,586,262
2003	1,940,193
2004	1,873,262
2005	2,246,985
2006	2,060,485

Fonte: NIS, 2007

Anexo nº 3: Produção de açúcar, 1998 a 2006 (tons)

Ano	Produção
1998	28,555
1999	50,745
2000	39,035
2001	67,269
2002	171,108
2003	212,194
2004	205,114
2005	265,478
2006	230,000